

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2015						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total (Nota 25)
BST	EUR	22 de janeiro de 2016	0,482%	4.500.000	20.726	4.520.726
BST	EUR	7 de junho de 2016	0,262%	14.000.000	21.193	14.021.193
BST	EUR	17 de junho de 2016	0,264%	3.700.000	5.372	3.705.372
BST	EUR	29 de junho de 2016	0,263%	2.800.000	3.805	2.803.805
				<u>25.000.000</u>	<u>51.096</u>	<u>25.051.096</u>

31-12-2014						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total (Nota 25)
BST	EUR	17 de janeiro de 2015	1,572%	4.000.000	60.959	4.060.959
BST	EUR	7 de junho de 2015	1,533%	14.000.000	124.003	14.124.003
BST	EUR	17 de junho de 2015	1,496%	4.200.000	34.558	4.234.558
BST	EUR	28 de junho de 2015	1,101%	3.500.000	18.010	3.518.010
				<u>25.700.000</u>	<u>237.530</u>	<u>25.937.530</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica (constituída na sua totalidade por títulos de rendimento fixo de emissores públicos) apresentava a seguinte composição:

31-12-2015									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado (balanço)	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Notas 8 e 14)
OT PGB 4,75% 14/06/2019	EUR	243.000	275.776	274.497	276.583	6.339	282.922	2.086	(532)

31-12-2014									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado (balanço)	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Notas 8 e 14)
OT PGB 4,35% 16/10/2017	EUR	243.000	264.287	261.042	265.631	2.230	267.861	4.590	(1.262)

Os títulos acima referidos foram valorizados com base em preços de mercado divulgados na *Bloomberg*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros ativos tangíveis e nos ativos intangíveis durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015								
	Saldos em 31/12/2014			Alienações			Saldos em 31/12/2015		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Obras em edifícios arrendados	258.010	(258.010)	-	-	-	-	258.010	(258.010)	-
Mobiliário e material	669.241	(668.493)	-	-	-	-	669.241	(668.493)	748
Máquinas e ferramentas	147.018	(147.016)	-	-	-	-	147.018	(147.016)	2
Instalações interiores	254.131	(254.131)	-	-	-	-	254.131	(254.131)	-
Equipamento informático	1.253.701	(1.231.272)	3.137	-	-	(16.770)	1.256.838	(1.248.042)	8.796
Equipamento de transporte	231.923	(79.701)	-	(22.256)	22.256	(41.911)	209.667	(99.356)	110.311
Património artístico	711	(711)	-	-	-	-	711	(711)	-
	<u>2.814.735</u>	<u>(2.639.334)</u>	<u>3.137</u>	<u>(22.256)</u>	<u>22.256</u>	<u>(58.681)</u>	<u>2.795.616</u>	<u>(2.675.759)</u>	<u>119.857</u>
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento automático de dados	2.012.279	(1.978.766)	20.870	-	-	(21.742)	2.033.149	(2.000.508)	32.641
	<u>4.827.014</u>	<u>(4.618.100)</u>	<u>24.007</u>	<u>(22.256)</u>	<u>22.256</u>	<u>(80.423)</u>	<u>4.828.765</u>	<u>(4.676.267)</u>	<u>152.498</u>
	2014								
	Saldos em 31/12/2013			Alienações			Saldos em 31/12/2014		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Obras em edifícios arrendados	258.010	(258.010)	-	-	-	-	258.010	(258.010)	-
Mobiliário e material	669.241	(668.493)	-	-	-	-	669.241	(668.493)	748
Máquinas e ferramentas	147.018	(147.016)	-	-	-	-	147.018	(147.016)	2
Instalações interiores	254.131	(254.131)	-	-	-	-	254.131	(254.131)	-
Equipamento informático	1.249.506	(1.214.792)	4.195	-	-	(16.480)	1.253.701	(1.231.272)	22.429
Equipamento de transporte	160.473	(133.059)	158.153	(86.703)	86.703	(33.345)	231.923	(79.701)	152.222
Património artístico	711	(711)	-	-	-	-	711	(711)	-
	<u>2.739.090</u>	<u>(2.676.212)</u>	<u>162.348</u>	<u>(86.703)</u>	<u>86.703</u>	<u>(49.825)</u>	<u>2.814.735</u>	<u>(2.639.334)</u>	<u>175.401</u>
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento automático de dados	1.998.529	(1.944.243)	13.750	-	-	(34.523)	2.012.279	(1.978.766)	33.513
	<u>4.737.619</u>	<u>(4.620.455)</u>	<u>176.098</u>	<u>(86.703)</u>	<u>86.703</u>	<u>(84.348)</u>	<u>4.827.014</u>	<u>(4.618.100)</u>	<u>208.914</u>

As adições de outros ativos tangíveis ocorridas no exercício de 2014 respeitaram, essencialmente, à aquisição de viaturas ligeiras de passageiros.

As adições de ativos intangíveis ocorridas nos exercícios de 2015 e 2014, nos montantes de 20.870 euros e 13.750 euros, respetivamente, respeitaram, essencialmente, a desenvolvimentos efetuados nos sistemas aplicativos da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

7. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Comissões de gestão a receber:		
. Fundos de investimento mobiliário geridos	1.642.909	1.690.939
. Fundos de investimento imobiliário geridos	299.595	311.063
. Fundos de pensões geridos	1.303.994	-
. Carteiras de clientes sob gestão:		
Santander Totta Seguros (Nota 24)	112.232	136.393
Particulares	620.974	442.611
	<u>3.979.704</u>	<u>2.581.006</u>
Devedores diversos		
. Outros devedores	11.211	13.505
. Outras despesas antecipadas	4.535	1.721
	<u>3.995.450</u>	<u>2.596.232</u>
	=====	=====

Em janeiro de 2002 a Sociedade celebrou um contrato com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), através do qual ficou encarregue da gestão de um conjunto de carteiras de ativos mobiliários afetos a produtos comercializados por aquela entidade. Em abril de 2012 o contrato foi revisto e posteriormente, em 20 de dezembro de 2013 a Sociedade celebrou com a Santander Totta Seguros um novo aditamento ao contrato acima referido, mediante o qual a partir do ano de 2014 inclusive, foi acordado o pagamento de uma comissão de 0,035% sobre o valor total da carteira gerida acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão a pagar à CMVM, estimada em 250.000 Euros por ano.

As comissões relativas aos meses de dezembro de 2015 e de 2014, nos montantes de 112.232 e de 136.393 Euros, foram recebidas em 2016 e em 2015, ambos respetivamente.

A partir de 2014 inclusive, para os novos contratos de gestão de património de clientes particulares, a Sociedade passou a cobrar a comissão de gestão sobre o valor médio da carteira no final de cada trimestre, sendo cobrada postecipadamente em 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro.

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Santander Pensões) um contrato mediante o qual a Santander Pensões atribuiu à Sociedade um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração mensal a receber pela Sociedade como contrapartida dos serviços prestados correspondente a 0,13% o valor médio da carteira no final de cada mês (“Comissão de gestão”), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato com a Santander Pensões acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Santander Pensões passará a pagar à Sociedade uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“Comissão adicional”).

Em 31 de dezembro de 2015, estavam por receber a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2015, as quais foram recebidas em 2016.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
IRC a recuperar	1.132.756	-
Pagamentos por conta	120.153	231.838
Outros	16.390	1.599
	-----	-----
	1.269.299	233.437
	=====	=====
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	100.000
	----	-----
	-	100.000
	==	=====
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Impostos correntes sobre lucros (Nota 21)	202.832	247.177
	-----	-----
Retenção de impostos na fonte:		
· Sobre rendimentos de trabalho dependente	20.698	24.126
· Sobre rendimentos de capitais	23.568	24.262
· Sobre rendimentos prediais	90	45
Contribuições para a Segurança Social	26.291	27.794
Imposto sobre o Valor Acrescentado	63.496	63.474
Outros	-	362
	-----	-----
	336.975	387.240
	=====	=====
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
Outros impostos diferidos (Nota 5)	532	1.262
	====	=====

Na sequência da ação inspetiva realizada pela Autoridade Tributária ao exercício de 2011, a Sociedade foi notificada de correções ao prejuízo fiscal declarado naquele exercício em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) no montante de 25.846.251 Euros, tendo procedido às seguintes liquidações no exercício de 2015:

Liquidação de IRC relativo ao exercício de 2011	1.132.756
Juros de mora (Nota 17)	141.455

	1.274.211
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em causa estão as perdas incorridas naquele exercício pela Sociedade, causadas pelo incumprimento da política de investimento de um Fundo por si gerido, que a Autoridade Tributária considerou não serem dedutíveis para efeitos fiscais.

É convicção da Sociedade que as correções realizadas pela Autoridade Tributária são suscetíveis de contestação à luz da legislação fiscal aplicável. Em 2015 a Sociedade registou na rubrica "Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar" a liquidação de IRC no montante de 1.132.756 euros acima referida e constituiu uma provisão de 1.075.838 Euros, correspondente a 50% do valor da contingência total apurada decorrente da correção acima referida. A provisão foi estimada com base na probabilidade de perda apurada pela Sociedade (Nota 9).

No exercício de 2015, na sequência da situação acima referida, o Conselho de Administração da Sociedade decidiu anular a totalidade dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis no montante de 100.000 euros.

9. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

		2015			
Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais	
Provisões para riscos e encargos:					
. Provisões para contingências fiscais (Nota 8)	-	1.075.838	-	-	1.075.838
. Provisões para riscos gerais de crédito	289	78	(289)	-	78
	<u>289</u>	<u>1.075.916</u>	<u>(289)</u>	<u>-</u>	<u>1.075.916</u>
		2014			
Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais	
Provisões para riscos e encargos:					
. Provisões para riscos gerais de crédito	627	-	(338)	-	289

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Comissões a pagar à SAM SGIIC (Nota 24)	1.760.411	909.200
Comissões de comercialização de FIM's a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	1.226.122	1.261.031
Comissões de comercialização de FII's a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	142.965	145.223
Comissões de distribuição de clientes de gestão discricionária a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	426.135	278.500
Remunerações a pagar a administradores e empregados	533.058	471.257
Outras gratificações a pagar	27.157	24.000
Outros custos a pagar	121.830	326.201
Fornecedores	-	1.038
	<u>4.237.678</u>	<u>3.416.450</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões a pagar à SAM SGIIC" incluía o valor da comissão a pagar à Santander Asset Management, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Coletiva (SAM SGIIC), uma empresa do Grupo Santander, no âmbito do "Investment Management Agreement" celebrado em abril de 2012, através do qual se transferiu as funções de gestão de fundos de investimento mobiliário, fundos de pensões e outros ativos para aquela entidade. Pelos serviços prestados, a SAM SGIIC cobra uma comissão anual, a qual incide sobre o valor médio dos ativos geridos, de acordo com a seguinte grelha:

	<u>Comissão anual</u>
Fundos de investimento mobiliário:	
. Fundos de obrigações	0,06%
. Fundos de ações	0,25%
. Fundos mistos	0,12%
. Fundos de liquidez	0,10%
. Fundos Especiais de Investimento e Fundo Multiobrigações	0,05%
Fundos de pensões	0,16%
Outros ativos	0,12%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se em dívida o valor referente ao mês de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões a pagar à SAM SGIIC" incluía igualmente um "additional fee" no montante de 1.394.209 Euros e 387.081 Euros devido pela Sociedade à SAM SGIIC ao abrigo do "Investment Management Agreement" acima referido. Este "additional fee" é calculado anualmente com base na informação financeira da Sociedade e foi pago em fevereiro de 2016 e em março de 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões de distribuição de clientes de gestão discricionária a pagar ao Banco Santander Totta, S.A." referia-se ao montante das comissões a pagar em janeiro de 2016 e 2015, respetivamente, ao Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do "Acordo do nível de serviço relativo ao serviço de gestão de carteiras e relacionamento com o cliente" celebrado com aquela entidade em 3 de março de 2014. Está estabelecido naquele acordo que as comissões de gestão cobradas aos clientes cujos patrimónios são geridos pela Sociedade e que foram angariados pelo BST são distribuídas entre esta e o Banco Santander Totta, S.A., correspondendo a parte do Banco a 70% no caso dos clientes com carteiras perfiladas e a 50% no caso dos clientes com carteiras "tailor made".

11. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 3.423.302 de ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pela Santander AM Holding, S.L..

12. PRÉMIOS DE EMISSÃO

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

13. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

As prestações acessórias não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido, podendo ser restituídas à acionista única da Sociedade (Nota 11), por deliberação desta, desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior à soma do capital social e das reservas não distribuíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

14. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Reservas de reavaliação:		
· Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (Nota 5)	2.086	4.590
· Por impostos diferidos (Nota 5)	(532)	(1.262)
Reservas legais	5.478.404	5.424.189
Reservas por fusão	3.015.132	3.015.132
Outras reservas – planos de incentivos a longo prazo	14.087	14.087
Resultados transitados	(15.847.463)	(16.335.398)
	-----	-----
	(7.338.286)	(7.878.662)
	=====	=====

Em conformidade com o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Sociedade deverá destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2015 foi aprovada a aplicação de parte do resultado líquido do exercício de 2014 no montante de 54.215 Euros na rubrica "Resultados transitados" e do remanescente, no montante de 487.935 Euros, na rubrica "Reservas legais".

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2014 foi aprovada a aplicação de parte do resultado líquido do exercício de 2013 no montante de 2.769.103 Euros na rubrica "Resultados transitados" e do remanescente, no montante de 307.678 Euros, na rubrica "Reservas legais".

15. RESULTADOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	67.116	542.150
Número médio de ações em circulação no exercício	3.423.302	3.423.302
	-----	-----
Resultados básicos e diluídos por ação	0,02	0,16

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

16. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
<u>Fundos de investimento mobiliário:</u>		
Santander Select Defensivo	220.447.222	100.967.989
Santander Global	149.598.376	202.010.019
Santander Select Moderado	137.466.944	56.439.850
Santander Multitesouraria	118.521.038	143.134.540
Poupança Futura FPR	116.088.981	116.175.871
Santander Private Defensivo	107.304.677	55.733.756
Santander Ações Portugal	99.191.501	99.673.124
Santander Private Moderado	98.506.584	54.306.989
FEI Ibérico Premium Julho 2013	61.634.668	70.151.423
Santander Ações Europa	59.238.460	56.578.308
Santander Select Dinâmico	53.762.275	20.894.724
Multicrédito	52.061.100	70.401.665
Poupança Investimento FPR	49.321.008	50.325.099
Santander Multitaxa Fixa	48.608.449	38.924.689
Santander Ações América	36.872.258	30.607.862
FEI Ibérico Premium	32.562.607	37.737.681
FEI Premium Julho 2012	32.252.008	36.596.931
FEI Ibérico Maio 2013	30.757.185	37.190.191
Santander Multiobrigações	27.739.166	372.261.115
Santander Multiactivos 0-30	18.129.598	3.689.620
Santander Private Dinâmico	13.812.753	6.730.930
Santander Multiactivos 20-60	5.258.576	3.103.148
Santander PPA	2.892.538	3.752.920
Santander Carteira Alternativa	1.721.599	2.238.418
	<u>1.573.749.571</u>	<u>1.669.626.862</u>
<u>Fundos de investimento imobiliário:</u>		
Fundo Novimovest	325.167.573	330.315.263
Fundo Lusimovest	134.587.056	134.587.132
Fundo Imorecuperação	17.493.579	23.086.040
Fundo Castilho	1.698.994	1.755.420
	<u>478.947.202</u>	<u>489.743.855</u>
<u>Fundos de pensões:</u>		
Fundos de pensões geridos pela Santander Pensões	914.883.478	-
	<u>2.967.580.251</u>	<u>2.159.370.717</u>
<u>Carteiras sob gestão:</u>		
Cientes institucionais	111.447.045	98.557.280
Cientes particulares	304.185.730	215.137.796
<u>Entidades do Grupo Santander:</u>		
Santander Totta Seguros	3.075.314.002	3.904.050.569
	<u>6.458.527.028</u>	<u>6.377.116.362</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

17. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem financeira apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	196.075	398.867
Outros juros e rendimentos similares:		
. Juros de obrigações e outros títulos de rendimento fixo	11.519	6.993
	-----	-----
	207.594	405.860
	-----	-----
Juros e encargos similares:		
Juros de empréstimos (Nota 24)	(126.692)	(129.717)
Outros juros e encargos similares – juros de mora (Nota 8)	(141.455)	-
Outros juros e encargos similares – outros	(614)	-
	-----	-----
	(61.167)	276.143
	=====	=====

A rubrica "Juros e encargos similares – juros de empréstimos" refere-se aos juros suportados pela Sociedade na sequência de um contrato celebrado entre esta e o Banco Santander Totta, S.A. em 16 de julho de 2014. Ao abrigo deste contrato a Sociedade pagou ao Banco Santander Totta, S.A. uma remuneração correspondente a uma taxa anual de 1,5% que incidia sobre o valor da dívida que o Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo sob gestão da Sociedade, apresentava junto daquele Banco. Tal dívida foi liquidada em 22 de julho de 2015.

18. COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de gestão de FIM's	20.945.481	19.350.575
Comissões de gestão de FII's	3.594.485	3.790.263
Comissões de gestão de carteiras de clientes		
. Particulares	2.360.318	1.220.133
. Fundos de pensões	1.303.994	-
Comissões por serviços de consultoria:		
. Santander Totta Seguros (Nota 24)	1.485.742	1.686.751
Comissões de resgate	12.928	52.654
	-----	-----
	29.702.947	26.100.376
	=====	=====
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões de comercialização de FIM's (Nota 24)	15.627.258	14.426.922
Comissões de comercialização de FII's (Nota 24)	1.692.216	1.768.815
Comissões de angariação de clientes de gestão discricionária		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	1.601.383	799.042
Comissão de gestão - SAM SGIIC (Nota 24)	5.818.426	4.327.355
Taxa de supervisão paga à CMVM	240.000	240.000
Serviços bancários	517	2.313
Outros	51.814	36.145
	-----	-----
	25.031.614	21.600.592
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Comissões de gestão de carteiras de clientes – Fundos de pensões" refere-se ao valor das "Comissões de gestão" mensais e da "Comissão adicional" a receber da Santander Pensões ao abrigo do contrato celebrado com esta entidade em 18 de dezembro de 2015 (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissão de gestão - SAM SGIIC" refere-se ao valor da comissão a pagar à SAM SGIIC, uma empresa do Grupo Santander, no âmbito do "Investment Management Agreement" celebrado em abril de 2012 (Nota 10).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Encargos com serviços e comissões – Outros" engloba os montantes de 22.421 Euros e 15.250 Euros, respetivamente, referentes a comissões de comercialização pagas ao BIG – Banco de Investimento Global, S.A..

19. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração de:		
- Órgãos de gestão (Nota 24)	185.022	163.554
- Empregados	1.302.700	1.180.831
	-----	-----
	1.487.722	1.344.385
Encargos sociais	293.824	246.266
Outros custos com o pessoal	36.528	18.943
	-----	-----
	1.818.074	1.609.594
	=====	=====

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Sociedade efetuou contribuições para o Fundo de Pensões de contribuição definida nos montantes de 14.587 Euros e 14.913 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o quadro de pessoal da Sociedade era constituído por 35 e por 33 colaboradores, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços de terceiros:		
Judiciais, Contencioso e Notariado	-	270.693
Deslocações e estadas	54.935	57.922
Comunicações e despesas de expedição	23.113	21.865
Impressos e material de consumo corrente	8.257	7.179
Conservação e reparação	5.295	2.343
Publicidade e edição de publicações	136	80
Outros	42.632	11.970
	-----	-----
	134.368	372.052
	-----	-----
Outros serviços de terceiros:		
Informática	394.832	390.262
Contabilidade	337.400	285.519
Auditoria e consultoria	141.711	137.380
Banco de dados	132.680	100.679
Gestão e execução das atividades do grupo	69.176	67.768
Advogados	69.809	39.580
Outros	5.041	88.434
	-----	-----
	1.150.649	1.109.622
	-----	-----
	1.285.017	1.481.674
	=====	=====

No exercício de 2014 o saldo da rubrica de "Serviços de terceiros - Judiciais, Contencioso e Notariado" incluía honorários incorridos com advogados no âmbito de um processo de reclamação de créditos relativo a um Fundo gerido pela Sociedade e com um processo movido por terceiros contra a Sociedade (Nota 27).

Nos exercícios de 2015 e 2014 o saldo da rubrica de "Outros serviços de terceiros - Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com a Gesban Servicios Administrativos Globales, S.A. - Sucursal em Portugal (uma empresa do Grupo Santander), associados a serviços prestados na área de contabilidade (Nota 24).

21. CARGA FISCAL

Na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC), e posteriormente da publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2015 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 Euros 0%;
 - Entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros 3%;
 - Entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 Euros 7%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes de impostos	369.948	1.589.327
Constituição de provisões não dedutíveis	1.075.838	-
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	(4.260)	(11.492)
Benefícios fiscais	(25.141)	(27.450)
Multas e penalidades	142.866	16.130
Outras correções	94.963	157.094
	<hr/>	<hr/>
Lucro tributável	1.654.214	1.723.609
	<hr/>	<hr/>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(347.385)	(396.430)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	243.170	277.501
Derramas	(29.441)	(76.330)
Tributação autónoma	(69.176)	(51.918)
	<hr/>	<hr/>
Total de imposto corrente (Nota 8)	(202.832)	(247.177)
	<hr/>	<hr/>
Anulação / reversão de ativos por impostos diferidos (Nota 8)	(100.000)	(800.000)
	<hr/>	<hr/>
Total do imposto registado em resultados	(302.832)	(1.047.177)
	<hr/>	<hr/>
Carga fiscal	(81,86%)	(65,89%)
	<hr/>	<hr/>

22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2015 e 2014 resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada "Gestão de ativos".

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – "Segmentos operacionais", o Conselho de Administração monitoriza a atividade da Sociedade numa única linha de negócio designada por "Gestão de fundos", não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

23. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras da Sociedade são consolidadas ao nível das contas do Banco Santander, S.A. com sede em Espanha.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

24. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e nos exercícios então findos, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados da Sociedade que tiveram origem em operações realizadas com entidades relacionadas (entidades do Grupo Santander) apresentavam a seguinte composição:

31-12-2015										
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander Pensões	Santander AM Holding, S.L.	ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	Gesban	Produban	Geoban	SAM SGIIC	Total
Balanço										
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	825.771	-	-	-	-	-	-	-	-	825.771
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	25.051.096	-	-	-	-	-	-	-	-	25.051.096
Outros ativos (Nota 7)	-	112.232	-	-	-	-	-	-	-	112.232
Outros passivos (Nota 10)	(1.795.222)	-	-	-	-	-	-	(7.920)	(1.760.411)	(3.563.553)
Outros instrumentos de capital (Nota 13)	-	-	-	(13.846.251)	-	-	-	-	-	(13.846.251)
Demonstração dos resultados										
Juros e rendimentos similares (Nota 17)	196.075	-	-	-	-	-	-	-	-	196.075
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	-	1.485.742	1.303.994	-	-	-	-	-	-	2.789.736
Juros e encargos similares (Nota 17)	(268.761)	-	-	-	-	-	-	-	-	(268.761)
Encargos com serviços e comissões (Nota 18)	(18.920.857)	-	-	-	-	-	-	-	(5.818.426)	(24.739.283)
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	-	-	(97.000)	(337.400)	(296.000)	(69.176)	-	(799.576)

31-12-2014									
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander AM Holding, S.L.	ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	Gesban	SAM SGIIC	Total		
Balanço									
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	321.860	-	-	-	-	-	321.860		
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	25.937.530	-	-	-	-	-	25.937.530		
Outros ativos (Nota 7)	-	136.393	-	-	-	-	136.393		
Outros passivos (Nota 10)	(1.684.754)	-	-	-	-	(909.200)	(2.593.954)		
Outros instrumentos de capital (Nota 13)	-	-	(13.846.251)	-	-	-	(13.846.251)		
Demonstração dos resultados									
Juros e rendimentos similares (Nota 17)	398.867	-	-	-	-	-	398.867		
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	-	1.686.751	-	-	-	-	1.686.751		
Juros e encargos similares (Nota 17)	(129.717)	-	-	-	-	-	(129.717)		
Encargos com serviços e comissões (Nota 18)	(16.994.779)	-	-	-	-	(4.327.355)	(21.322.134)		
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	-	(97.000)	(285.519)	-	(382.519)		

Órgãos de gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 185.022 Euros e 163.554 Euros, respetivamente (Nota 19).

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Senhor Dr. Joaquim Calça e Pina
- Senhor José Neves; e
- Senhor D. Javier Seirul-lo Casas

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendem a 25.000 Euros por serviços de revisão oficial de contas e 43.000 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2015			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	282.922	-	-	282.922

	31-12-2014			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	267.861	-	-	267.861

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de *inputs* observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito para além do Banco Santander Totta, S.A.. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, a depósitos a prazo e a comissões a receber dos fundos geridos, cuja liquidação é efetuada por débito em conta pela própria Sociedade.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a funding.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em instituições de crédito" ascendiam a 25.876.867 Euros (aproximadamente 82% do ativo líquido) e a 26.259.390 Euros (aproximadamente 89% do ativo líquido), respetivamente. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A. (Nota 24).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente apenas na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber denominados em Euros.

26. GESTÃO DE CAPITAL

A Sociedade mantém fundos próprios superiores ou equivalentes a 8% do total das posições ponderadas pelo risco, conforme estabelecido no Aviso n.º 5/2007, de 27 de abril, do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de adequados níveis de capital que permitam à Sociedade sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos.

No quadro seguinte, resume-se a composição do capital regulamentar da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31-12-2015	31-12-2014
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER I)	11.980.992	11.435.352
Capital elegível	19.350.854	19.350.854
Reservas e resultados elegíveis	(7.337.221)	(7.881.989)
Deduções aos fundos próprios de base	(32.641)	(33.513)
B - FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	-	-
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS (A+B+C)	11.980.992	11.435.352
E - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (D*8%)	958.479	914.828
F - REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	605.558	227.136
Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transações incompletas	-	-
Para despesas gerais fixas	605.558	227.136
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (E/F)	158,3%	402,8%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

27. PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade Marinha Guincho – Investimento Turístico e Imobiliário, S.A. (“Marinha Guincho”) instaurou uma ação judicial no valor de 23.000.000 Euros contra o Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest e contra o Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest (“Fundos”), ambos geridos pela Sociedade, pedindo: (i) declaração de nulidade de contratos de compra e venda de lotes do denominado “Aldeamento Turístico da Marinha do Guincho” e de contratos de reserva celebrados entre as partes; pedindo, subsidiariamente, (ii) o reconhecimento da alteração das circunstâncias e a consequente resolução dos referidos contratos; e pedindo, subsidiariamente ainda, (iii) a modificação dos aludidos contratos de acordo com a equidade e a consequente extensão dos prazos para reaquisição dos lotes, reduzindo-se as respetivas remunerações financeiras e demais encargos. No dia 22 de junho de 2011, a Sociedade, enquanto representante legal dos mencionados Fundos, foi citada para contestar a ação judicial movida.

A contestação com pedido reconvenicional foi apresentada em juízo no dia 7 de setembro de 2011, tendo sido pedida a absolvição de ambos os Fundos e a procedência da reconvenção deduzida e, em consequência: (i) a condenação da Marinha Guincho no pagamento aos Fundos de determinadas quantias; (ii) a declaração de extinção, por caducidade ou por resolução, dos contratos de reserva e dos direitos de compra neles previstos de determinados lotes, condenando-se a Marinha Guincho a reconhecer tal extinção e os Fundos como respetivos proprietários; (iii) a declaração de extinção, por caducidade, de um direito de compra de um determinado lote e da obrigação da Marinha Guincho de não vender ou prometer vender tal lote, condenando-se esta última a reconhecer tal extinção e os Fundos como respetivos proprietários; (iv) a condenação da Marinha Guincho a abster-se de praticar qualquer ato material de uso ou gozo de frações relativas a determinados lotes, cessando toda e qualquer utilização das mesmas, entregando a Marinha Guincho ao Fundo de Investimento Lusimovest as chaves das moradias existentes em determinados lotes; e (v) a condenação da Marinha Guincho no pagamento ao Fundo de Investimento Lusimovest de uma sanção pecuniária compulsória diária até ser feita prova da efetiva entrega das aludidas chaves das moradias. O valor da reconvenção é de 2.945.000 Euros.

No dia 21 de outubro de 2011, a Marinha Guincho apresentou réplica pugnando pela improcedência do pedido reconvenicional deduzido pelos Fundos.

No dia 7 de novembro de 2011, os Fundos apresentaram tréplica pugnando pela improcedência das exceções invocadas pela Marinha Guincho relativamente à matéria da reconvenção.

No dia 30 de maio de 2012, realizou-se uma tentativa de conciliação, não tendo as partes chegado a acordo. Em outubro de 2012, a autora e a ré apresentaram requerimentos de desistência parcial dos pedidos de reconvenção no montante de 60.070 Euros, os quais foram homologados em 25 de outubro e 5 de novembro de 2012.

Em 7 de fevereiro de 2014, o processo teve sentença favorável aos Fundos, tendo sido a Marinha Guincho condenada a pagar as prestações mensais por si devidas como contrapartida dos direitos de compra dos terrenos acrescidas de juros à taxa legal. Foram igualmente declarados extintos os contratos de reserva e os respetivos direitos de compra previstos relativos aos lotes 18, 20, 29, 30, 31, 33, 34, 35 e 36, tendo sido a Marinha Guincho condenada a reconhecer que a propriedade das frações autónomas dos lotes referidos é dos Fundos. Ficou por isso inibida à Marinha Guincho a possibilidade de promoção destes lotes para venda a terceiros, visitas ou acessos, cessando toda e qualquer utilização dos mesmos.

A 27 de março de 2014, foi interposto recurso de apelação para invocar a nulidade da sentença, o qual foi considerado não justificado em 29 de maio de 2014. A 18 de julho de 2014 foi apresentado requerimento executivo e a sentença foi distribuída ao 2º Juízo de Execuções de Lisboa. A 19 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa considerou o recurso de apelação totalmente improcedente.

A 7 de abril de 2015, foi interposto Recurso de Revista ao Supremo Tribunal de Justiça para anulação da sentença, do qual se aguarda decisão.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade celebrou um contrato promessa de compra e venda em 28 de agosto de 2007 no âmbito do qual se comprometeu a adquirir em nome e representação dos Fundos de Investimento Imobiliários Imovest, Novimovest e Lusimovest, todos sob sua gestão, a propriedade de um imóvel que compõe o complexo arquitetónico denominado "Palácio das Cardosas", o qual se destina à exploração de um hotel.

O preço final da compra e venda será apurado na data da escritura de compra e venda e corresponderá ao menor dos seguintes montantes: (i) 31.000.000 Euros; (ii) o resultado da aplicação da yield contratada ao montante equivalente a 25% das receitas brutas da promitente vendedora no exercício de 2014; e (iii) o resultado da aplicação da yield contratada ao quociente entre o EBITDA da promitente vendedora gerado em 2014 e 1,15. O preço final não poderá, contudo, exceder a média das avaliações a efetuar por dois peritos avaliadores independentes a indicar pela Sociedade.

As obrigações resultantes deste contrato para a Sociedade, designadamente, o dever de proceder à outorga da escritura pública de compra e venda e de pagar o preço, encontravam-se dependentes da verificação de determinadas condições, de natureza resolutiva, que à data prevista (30 de junho de 2011) se verificaram. Assim, e desde que não haja uma alteração da entidade gestora do hotel, não consentida por parte da Sociedade, a escritura pública relativa à compra e venda deveria ser celebrada entre 1 de março de 2015 e 1 de maio de 2015. No entanto, este acordo foi revogado por mútuo acordo entre as partes envolvidas, tendo ficado desta forma extinto o compromisso da Sociedade em adquirir o imóvel.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Sociedade") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto, com base no nosso exame e nas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria emitidos pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, e após consideração dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 da nossa Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 31.577.036 euros e capitais próprios de 25.925.935 euros, incluindo um resultado líquido de 67.116 euros, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, os resultados e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1.1.).

Ênfases

5. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade era responsável pela gestão de vinte e quatro fundos de investimento mobiliário e de quatro fundos de investimento imobiliário ("Fundos"). As demonstrações financeiras desses Fundos relativas ao exercício findo naquela data foram examinadas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, as quais emitiram as respetivas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria sem reservas. A nossa opinião, no que se refere ao potencial impacto nas contas da Sociedade de eventuais situações ocorridas ao nível dos Fundos, baseia-se unicamente nas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria dessas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.
6. Conforme mencionado em maior detalhe no Relatório de Gestão, no âmbito de decisões do Grupo Santander no qual a Sociedade se insere, é expectável que no decurso de 2016 passe a gerir apenas os fundos imobiliários. As alterações necessárias para este efeito estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia das Entidades Reguladoras.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco